

## Trabalho escravo

## Fiscais resgatam 150 trabalhadores

Operação realizada no município de Placas, no Pará, resgatou 120 trabalhadores e 30 crianças em situação de escravidão numa lavoura de cacau.

A ação da fiscalização do Ministério do Trabalho começou no último dia 17 e segue até 3 de outubro. As vítimas foram encontradas em situação precária. A maioria das crianças estava doente e uma delas ficou cega em um acidente. Segundo os fiscais, os compradores de cacau forneciam equipamentos de trabalho e outros bens de necessidade básica aos trabalhadores, que pagavam com a produção do fruto. Assim, já começam devendo à empresa.

## Dependência

Como não conseguiam pagar as dívidas, eles colocavam a família para trabalhar, inclusive as crianças. Quando o débito ficava fora de controle, era feito um empréstimo ao trabalhador, o que o mantinha ainda mais preso à situação. Os trabalhadores que não atendiam às determinações da empresa, segundo os fiscais, eram ameaçados de morte.

## agenda

**Baile da AMA sábado**  
Todos estão convidados ao baile deste sábado, na Sede do Sindicato, promovido pela Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC). O baile começa às 18h30 e as reservas de mesa devem ser feitas pelo telefone 4127-2588.

**Clube fecha domingo**  
O Clube de Campo dos Metalúrgicos do ABC estará fechado no domingo, 5, dia de eleição. No sábado, dia 4, funcionará normalmente.

## Conquista garantida

## TST mantém estabilidade no G. 10

Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mantiveram decisão do TRT de São Paulo e garantiram estabilidade aos metalúrgicos acidentados e portadores de doença profissional nas empresas do grupo 10. Essa decisão é referente ao dissídio de 2006.

“O reconhecimento do TST mantendo a cláusula é de grande importância social, além de uma conquista histórica de nossa luta”, comemorou o presidente da Federação dos Metalúrgicos da CUT, Valmir Marques, o *Biro-Biro* (foto).

Ele lembrou que a Federação tem conseguido



garantir o cumprimento dessa cláusula, apesar da resistência do grupo 10, que quer seu fim.

Desde 2002, os patrões desse grupo se recusam a assi-

nar a convenção coletiva com a cláusula de estabilidade, o que obrigava a Federação a entrar na Justiça do Trabalho para garantir esse direito. Até agora foram seis vitórias no TRT e duas no TST.

*Biro-Biro* adiantou que nas próximas semanas a Federação vai iniciar as negociações de campanha salarial com o grupo 10, que tem data-base em novembro.

“Essa nova decisão da Justiça a favor dos trabalhadores vai servir como mais um elemento de pressão para que os patrões incluam a cláusula da estabilidade na convenção coletiva”, concluiu ele.

## Mercedes Benz

## Protesto na Alemanha contra terceirização

Trabalhadores na Mercedes Benz de Hedelfinger-Stuttgart, na Alemanha, realizaram protesto na última sexta-feira contra o plano de precarização da montadora.

Ela quer terceirizar a nova embreagem que equipa os carros híbridos em desenvolvimento.

O ato foi realizado em frente ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa, onde estava reunido o Conselho de Administração.

Os representantes dos trabalhadores no Conselho, entre eles Valter Sanches, que trabalha na fábrica de São Bernardo, deixaram a reunião para prestar solidariedade aos manifestantes.

Ele disse que a nova embreagem é um dos



Trabalhadores na Alemanha querem manter setor na fábrica

componentes chaves dos carros híbridos e é fundamental que essa tecnologia e a produção não sejam terceirizadas, ficando restrita à Mercedes”, comentou.

Sanches lembrou que os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração lutam para manter investimentos

e empregos em todas as fábricas do grupo.

“São ações como a realizada há dois anos para manter a fábrica de Juiz de Fora, e a mobilização mais recente que garantiu investimentos de R\$ 1,5 bilhão na fábrica de São Bernardo, com ampliação da produção de motores”.

## Ato anti-sindical

## PM reprime professores gaúchos

A Brigada Militar voltou a reprimir com violência uma manifestação pacífica realizada pelos professores gaúchos em Porto Alegre, para que fossem recebidos pelo governo do Estado.

Os policiais, com cavalos e cassetetes, avançaram sobre os professores e acabaram com o ato.

A presidente do sindicato da categoria, Rejane de Oliveira, disse que a violência foi desnecessária.

“É uma política rebaixada do governo estadual, que dá ordens para a Brigada avançar sobre os trabalhadores. Ela deveria proteger o cidadão, mas é a principal causadora da violência”, protestou.

Publicidade

Matriculas Abertas Início em Outubro

ARPS

Curso de Informática

Básico

Introdução Prática

Introdução Dinâmica

Windows Xp

Office Xp

Internet

Novas Tecnologias

Web Design

HTML

Flash

CorelDraw

Dreamweaver

Java Script

Photoshop

\* R\$ 39,00 mensais

Qualidade ao seu alcance!

Unidades

São Bernardo

Santo André

Diadema

2598-6627

3439-3563

\* Exclusivo para sócios e dependentes do SMABC.

Quarta-feira

1º de outubro de 2008

Edição nº 2541



## Tribuna Metalúrgica



## São Bernardo

## BOICOTE DA PREFEITURA AOS PROGRAMAS DE SAÚDE IRRITA ATÉ LULA



Omissão em parcerias com convênios do governo federal e terceirização marcam uma gestão desastrosa da saúde em São Bernardo.

Página 3

## Em campanha, bancários param agências no ABC



Categoria quer retomada das negociações com os banqueiros.

Página 2

## Justiça confirma estabilidade no Grupo 10

Estabilidade ao metalúrgico vítima de doença profissional ou portador de seqüela por acidente foi confirmada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Página 4

## 6º Congresso

## Devolva a pesquisa ao CSE

O formulário de pesquisa sobre Trabalho Decente, publicado na edição de sexta-feira da Tribuna Metalúrgica, deve ser entregue aos companheiros e companheiras dos Comitês Sindicais. É importante a categoria responder ao questionário para que o 6º Congresso possa traçar um plano de luta ainda mais sintonizado com as demandas da base. Participe!

ACESSE: [www.smabc.org.br](http://www.smabc.org.br)

## notas e recados

### Certo atraso

Domingo, nossa Constituição chega aos 20 anos e 66 dos seus 250 artigos precisam de regulamentação.

### É proposital

Um dos artigos que carecem de regulamentação é o da lei de greve no funcionalismo público.

### Calma

Somente 0,5% da língua portuguesa será alterada com a nova reforma ortográfica.

### Cadeia é pra pobre

A legislação penal brasileira possibilita que criminosos de colarinho branco arrastem um processo na Justiça por mais de 20 anos.

### A nosso favor

Operação Athena, da Polícia Federal, desmantelou ontem

quadrilha suspeita de fraudar homologações e fiscalizações em empresas.

### Natureza feroz

A água do mar já invadiu 50 casas na aldeia dos índios potiguaras na cidade de Baía da Traição, na Paraíba.

### Diversidade

A centenária Universidade de Manchester, na Inglaterra, adotou o banheiro unissex atendendo pedidos de estudantes transexuais.

### Mordeu a língua

George W. Bush dizia no início do seu governo que "O Estado deve ser tão pequeno que se possa afogá-lo numa banheira". Hoje, quer que o governo dê um caminhão de dinheiro aos especuladores.

## dica do Dieese

### Nova lei do estágio

A nova Lei do Estágio já entrou em vigor, alterando alguns tópicos da legislação anterior.

A lei federal de estágio regulamenta a atividade e prevê vantagens aos estagiários. Entre as principais mudanças estão as relacionadas à carga horária, com a limitação da jornada de estágio em quatro horas diárias para estudantes de Educação Especial e em seis horas diárias para os alunos dos ensinos médio e superior, sendo que em períodos de avaliação na instituição de ensino a jornada deverá ser reduzida à metade.

Com relação ao prazo do estágio, este passa a ser de no máximo dois anos e, quando o período

for igual ou superior a um ano, o estagiário terá direito a férias remuneradas, ou seja, a cada ano de estágio terá direito a 30 dias de férias.

Frise-se que a duração do estágio não poderá exceder a dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Os estagiários terão direito, ainda, a receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como auxílio-transporte, salientando que estudantes de cursos que exijam estágio obrigatório não terão direito aos benefícios. (Leia mais nesta página).

Departamento Jurídico

## Aprendizado profissional

### Estágio passa a ser ato educativo

A nova lei que entrou em vigor no dia 26 de setembro define o estágio como ato educativo e determina regras para que ele possa contribuir com o currículo do estudante e sua familiaridade com o mundo do trabalho.

Pela lei, o estagiário deve ser acompanhado por professor da escola onde estuda e por um supervisor no local de estágio.

O estágio deve estar definido no projeto pedagógico da escola, enquanto as empresas deverão enviar à escola, a cada seis meses, relatório sobre as atividades dos estudantes. A nova lei garante férias remuneradas, jornada semanal máxima de 30 horas, bolsa-auxílio e vale-transporte.

Os contratos em andamento devem se adequar à nova lei no momento da renovação.

O estágio não cria vínculo empregatício desde que as regras sejam observadas. Caso a empresa as desobedeça, o vínculo empregatício ficará caracterizado para fins da legislação trabalhista e previdenciária.



### Saiba mais sobre a nova lei

**Carga horária** - Jornada máxima de seis horas diárias e de 30 horas semanais para estudantes do ensino superior, educação profissional e ensino médio. Já para os alunos da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, a carga horária é de quatro horas diárias ou de 20 horas semanais.

**Tempo** - O estágio na mesma empresa ou instituição não poderá durar mais de dois anos.

**Tipos** - O estágio pode ser obrigatório, quando sua carga horária for requisito para aprovação ou obtenção de diploma, ou opcional, dependendo do projeto pedagógico do curso.

**Férias** - O direito está assegurado desde que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano. Elas serão remuneradas caso o estagiário receba bolsa-auxílio.

**Número** - Um estagiário para empresas até cinco trabalhadores, dois estagiários para empresas com 6 a 10 trabalhadores, cinco estagiários para empresas com 11 a 25 trabalhadores, e 20% de estagiários para empresas com mais de 25 trabalhadores.

## Luta

### Bancários param por acordo

Milhares de bancários de todo o Brasil participaram ontem da greve de 24 horas para exigir a reabertura das negociações da campanha salarial com a Federação Nacional dos Bancos.

Na capital, um balanço parcial mostrou que foram fechados 220 prédios administrativos e agências bancárias, abrangendo 10 mil trabalhadores.

Aqui na região do ABC, a paralisação atingiu entre 60% e 65% da categoria, sendo que nos principais corredores a adesão alcançou 90%.

"A paralisação na nossa



Maior parte das agência permaneceu fechada no ABC

região foi além da expectativa, mantendo a mesma organização demonstrada na assembleia que decidiu pela paralisação", disse Maria Rita Serrano, presidente do Sindicato dos Bancários do ABC. Ela afirmou que o movimento exige a reabertura de negociações. "Queremos aumento real de salário, valorização dos pisos e PLR maior", comentou.

O comando nacional da categoria se reúne hoje para decidir os rumos da campanha salarial. Os bancos abrem normalmente.

**Tribuna Metalúrgica** - Redação: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244 - www.smbc.org.br imprensa@smbc.org.br - Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 Piraporinha - Telefone 4066-6468 - CEP 09960-010. Regional Ribeirão Pires: Rua Felipe Sabbag, 149, Centro - Telefone 4823-6898 - CEP 09400-130. Diretor Responsável: José Paulo Nogueira - Repórteres: Carlos Alberto Ballista, Gonzaga do Monte, Silvio Berengani e Rodrigo Zevzikovas - Repórter Fotográfico: Raquel Camargo, Arte, Editoração Eletrônica e CTP: Eric Gaieta - Impressão: Simetal ABC Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810. Os anúncios publicados na Tribuna Metalúrgica são de responsabilidade das próprias empresas.

## São Bernardo

### Serviço de saúde poderia ser melhor

Não é à toa que a saúde aparece como a principal queixa da população de São Bernardo e prioridade em programas de governo dos candidatos a prefeito.

Até o presidente Lula reclamou do boicote que a administração de São Bernardo faz aos programas do governo federal.

Ele citou nominalmente a demora para a prefeitura implantar as ambulâncias do Samu. O serviço só chegou à cidade depois de quatro anos de instalado em outras cidades do ABC.

"É preciso que as pessoas tenham grandeza e deixem as diferenças pessoais de lado", disse o presidente



Moradores sofrem com demora e mau atendimento do serviço de saúde

em sua passagem por São Bernardo no último domingo. Sua crítica teve como destino a administração municipal que, segundo ele, nunca apresentou um projeto

saúde.

A cidade também não dispõe de convênios com programas como o Brasil Sorridente, de atendimento odontológico e que já está presente em 4.500 cidades.

O presidente lembrou ainda da falta de uma Farmácia Popular, já implantadas em Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e Santo André. No Brasil, já são 470 unidades próprias e 6.100 pontos conveniados.

Existem ainda outros convênios federais de menor visibilidade, mas não menos importantes, como os centros de atenção psicológica, de saúde do idoso e da mulher.

Porém, segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os números poderiam ser melhores se os indicadores da Previdência não tivessem sofrido piora significativa a partir de 1987.

Naquele ano, 51,8% da população brasileira contribuía para a Previdência. Dali pra frente, as políticas neoliberais provocaram um forte estrago por causa do desemprego.

A recuperação só começou, e de forma discreta, em 2001. Nos anos seguintes essa melhoria vem se tornando mais acentuada, e atualmente esse percentual é de 51,2%.

O estudo revelou que a situação é pior nas metrópoles brasileiras, onde se concentra o emprego industrial, o mais afetado naqueles 20 anos. No ano passado, 57,6% da população contribuía para a Previdência. Esse percentual em 1987 era de 69,7%.

No campo, o percentual de contribuintes aumentou. Em 2007, eles eram 26,2% dos trabalhadores, enquanto há 20 anos não passavam de 18,6%.

Apesar disso, sete em cada 10 pessoas ocupadas no campo não são segurados do INSS.

### Prefeitura terceirizou 70% da saúde

Em São Bernardo, dos R\$ 245 milhões do orçamento da saúde para este ano, aproximadamente R\$ 200 milhões (70%) serão repassados para a Organização Social de Saúde (OSS), da Fundação do ABC (FUABC).

O valor é pago para a fundação administrar unidades de saúde, a UBS de Santa Terezinha, do PS Alvarenga e hospitais como o Anchieta, entre outros.

No começo do ano, o Tribunal de Contas do Estado aceitou denúncia de membros do Conselho Municipal de Saúde contra a privatização excessiva praticada pelo prefeito William Dib (PSB). Ela estaria desvirtuando os investimentos do Fundo Municipal de Saúde, que também recebe verba do governo federal.

O Conselho, que era controlado pela administração, votou favoravelmente às contas.

### Justiça proíbe terceirização da saúde na capital

A Justiça Federal, no fim de setembro, determinou o fim da terceirização dos serviços de saúde na capital e proibiu a Prefeitura de contratar empresas privadas para administrar as unidades da cidade. Esse mesmo modelo também vem sendo adotado pelo governo estadual.

Pela decisão, a Prefeitura tem prazo de três meses para reassumir a gestão de 119 unidades de saúde entre Assistência Médica Ambulatorial, Unidades Básicas de Saúde e Programas de Saúde da Família, além dos hospitais de Cidade Tiradentes e M'Boi Mirim.

### Contra a fraude

A ordem da Justiça Federal é mais um golpe na terceirização da saúde promovida pelo tucano Serra, que em 2005 conseguiu na Câmara a aprovação de lei que permitiu a contratação sem licitação de entidades conhecidas como Organi-

zações Sociais (OSS).

Até agora, a Prefeitura assinou contratos com oito OSS e só no primeiro semestre deste ano gastou R\$ 617 milhões dos R\$ 2,2 bilhões previstos neste ano.

### Categoria menor

Segundo o Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Saúde Pública de São Paulo, perto de 20 mil servidores, cerca de 20% da categoria, foi substituída por trabalhadores contratados pelas OSS.

"Estão terceirizando o Sistema Único de Saúde e não podemos deixar isso acontecer", disse Ângelo Agostinho, presidente da entidade.

Desde 1998, a lei 9.637 permite que governos entreguem para as OSS a administração de unidades de saúde.

Em dezembro do mes-

mo ano, PT e PDT entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questionam a transferência de patrimônio público para entidades privadas. Dez anos depois, a ação ainda não foi votada.

mo ano, PT e PDT entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questionam a transferência de patrimônio público para entidades privadas. Dez anos depois, a ação ainda não foi votada.

mo ano, PT e PDT entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questionam a transferência de patrimônio público para entidades privadas. Dez anos depois, a ação ainda não foi votada.

mo ano, PT e PDT entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questionam a transferência de patrimônio público para entidades privadas. Dez anos depois, a ação ainda não foi votada.

mo ano, PT e PDT entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questionam a transferência de patrimônio público para entidades privadas. Dez anos depois, a ação ainda não foi votada.



### Ilegal

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Cid Carvalhaes (foto), considera ilegal a atuação das OSS. Para ele, as parcerias limitam a atuação dos conselheiros de saúde e transfere a responsabilidade dos governos.

"São organizações que trabalham com a lógica do lucro. Já fizemos várias denúncias ao Ministério Público, mas por já existir uma ação no STF elas não são acolhidas", protestou.

"São organizações que trabalham com a lógica do lucro. Já fizemos várias denúncias ao Ministério Público, mas por já existir uma ação no STF elas não são acolhidas", protestou.

FIQUE SÓCIO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS METALÚRGICOS DO ABC.

LIGUE: 4128-4259